



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

Questionamento 101:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 14.1 – Cláusula 14.

O item 14.1 da Minuta de Contrato de Concessão estabelece que “É de responsabilidade da SETOP-MG a obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras a serem realizadas no Sistema Rodoviário nos primeiros 05 (cinco) anos do CONTRATO, bem como das licenças de operação das rodovias. Após este prazo, a responsabilidade pela obtenção de todas as licenças ambientais necessárias ao pleno cumprimento do CONTRATO passa a ser da CONCESSIONÁRIA.”

Estamos entendendo que (i) a expressão “obras a serem realizadas no Sistema Rodoviário nos primeiros 05 (cinco) anos do CONTRATO” refere-se ao escopo de obras definidas no PER para tal período; e (ii) a responsabilidade da Concessionária restringe-se à obtenção das licenças para as obras originalmente previstas para depois dos primeiros 05 (cinco) anos do Contrato. Está correto nosso entendimento? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Item (i) Sim, o entendimento está correto; (ii) Não, o entendimento não está correto. O texto do item referenciado é bastante claro, a saber: “Após este prazo, a responsabilidade pela obtenção de todas as licenças ambientais necessárias ao pleno cumprimento do CONTRATO passa a ser da CONCESSIONÁRIA.”

Questionamento 102:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 14.1.1 – Cláusula 14.

Considerando que caberá à Concessionária arcar com os custos relacionados à obtenção das licenças ambientais, à luz do Princípio da Razoabilidade, estamos entendendo que será facultado à Concessionária participar das tratativas para



definição das condicionantes da licença ambiental. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 103:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 14.1.1 – Cláusula 14.

Considerando que caberá à Concessionária arcar com os custos relacionados à obtenção das licenças ambientais, à luz do Princípio da Razoabilidade, entendemos que o Poder Concedente empregará os melhores esforços para que o valor destes custos seja compatível com os patamares previstos no Plano de Negócios. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está parcialmente correto. O Poder Concedente empregará os melhores esforços para que o valor destes custos seja o menor possível. O valor que constará no Plano de Negócios da Licitante vencedora é de responsabilidade da Licitante, não sendo possível e nem razoável que o Poder Concedente se comprometa antecipadamente com este valor.

Questionamento 104:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.6.5 – Sistemas de Pedágio e Controle de Arrecadação – Parâmetro de Desempenho.

Estamos entendendo que o critério técnico para definição do horário de pico será baseado em normas técnicas de referência, como por exemplo o Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais editado pelo DNIT. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor esclarecer.

Resposta: Sim, o entendimento está correto, devendo a Fiscalização da Concessão participar na elaboração dos estudos que definirão tal parâmetro.



Questionamento 105:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Itens 14.1 e 23.1.1 – Cláusulas 14 e 23.

Na cláusula 23 da minuta de Contrato de Concessão está previsto que “Será de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a elaboração dos estudos e projetos relativos às obras necessárias, para os fins previstos no item 23.1, bem como a obtenção tempestiva de todas as licenças necessárias, incluindo as relacionadas com a proteção ao meio ambiente, respeitadas as condições estipuladas na CLÁUSULA 14 deste CONTRATO.” (grifo nosso).

Essa previsão contradiz o disposto na Cláusula 14.1 do Contrato que prevê “É de responsabilidade da SETOP-MG a obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras a serem realizadas no Sistema Rodoviário (...)”.

Entendemos que a previsão da cláusula 23.1.1 compreende tão somente as licenças referentes às obras cujo prazo de execução está contratualmente previsto para os 05 (cinco) primeiros anos do Contrato e após a obtenção das licenças ambientais iniciais, necessárias ao início da operação, pela SETOP. Está correto o entendimento?

Em caso negativo, solicitamos que seja esclarecido o que se tratam as, “licenças relacionadas com a proteção ao meio ambiente” de que trata a cláusula 23.1.1.

Resposta: Não existe a contradição levantada pela Licitante. Está bem claro na redação do item 23.1.1 da Cláusula 23, que diz ao seu final: “respeitadas as condições estipuladas na CLÁUSULA 14 deste CONTRATO. ” Está, portanto, claro que para as obras até o 5º ano da Concessão a responsabilidade pelo licenciamento é da SETOP-MG.

**Questionamento 106:**

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Cláusula 1 e Item 12.5 da Cláusula 12.

A Cláusula 12.5 dispõe que a CONCESSIONÁRIA poderá efetuar a livre distribuição de dividendos ou lucros ou o pagamento de participação nos lucros e mútuos a seus acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DAS RODOVIAS e executadas pelo menos 85% das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no PER.

Pelo Princípio da Razoabilidade, uma vez que não faria sentido restringir a distribuição de dividendos por tanto tempo, entendemos que o percentual de cumprimento (pelo menos 85%) das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, para os fins deste item, será calculado considerando apenas as obras que deverão ser entregues até o 5º ano da Concessão, conforme previsto no PER. Está correto o entendimento? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Não, o entendimento não está correto. Para a determinação do percentual que consta na Minuta de Contrato (85%) já foram consideradas apenas as obras obrigatórias a serem executadas nos primeiros cinco anos da concessão.

Questionamento 107:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Cláusula 1 e Item 12.5 da Cláusula 12.

A Cláusula 12.5 dispõe que a CONCESSIONÁRIA poderá efetuar a livre distribuição de dividendos ou lucros ou o pagamento de participação nos lucros e mútuos a seus acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DAS RODOVIAS e executadas pelo menos 85% das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no PER.

Entendemos que o cálculo dos 85% das intervenções obrigatórias será realizado considerando o valor financeiro previsto no Plano de Negócios. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: O entendimento está parcialmente correto. O cálculo do 85% será realizado com base no Plano de Negócios da Licitante que venha a vencer a Licitação.



Questionamento 108:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 1.1 da Cláusula 1 e Item 12.5 da Cláusula 12.

A Cláusula 12.5 dispõe que a CONCESSIONÁRIA poderá efetuar a livre distribuição de dividendos ou lucros ou o pagamento de participação nos lucros e mútuos a seus acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DAS RODOVIAS e executadas pelo menos 85% das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS indicadas no PER.

Conforme definido na Cláusula 1, item 1.1 do Contrato de Concessão (Anexo II) INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS são “as obras, instalações e equipamentos que deverão ser obrigatoriamente implantados pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO e disponibilizados aos usuários do LOTE, indicadas no ANEXO I do EDITAL - PER - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA.”

Entendemos que para fins de apuração dos 85% mencionados na Cláusula 12.5 serão consideradas apenas as seguintes rubricas: Trabalhos Iniciais (1), Recuperação do Sistema Rodoviário (2), Obras de Ampliação da Capacidade e Outras Melhorias (4) e Equipamentos e Sistemas (6) do PER. Do contrário, só será possível a distribuição de dividendos no 21º ano de concessão, o que esvazia a atratividade deste negócio. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: O entendimento está parcialmente correto. O cálculo dos 85% será realizado considerando apenas as obras obrigatórias de melhorias operacionais e ampliação de capacidade, assim especificadas no Anexo I do Edital – PER, mas o cumprimento das “Condições Operacionais Mínimas das Rodovias” somente será atendido com a finalização dos Trabalhos Iniciais, Recuperação do Sistema Rodoviário e Implantação dos Equipamentos e Sistemas ou seja, mais especificamente, são duas as condições a serem atendidas, a saber: (1) Atendimento às Condições Operacionais Mínimas das Rodovias, e (2) Atendimento ao percentual de 85% de implantação das Obras correspondentes às Intervenções Obrigatórias em Melhorias Operacionais e Ampliação de Capacidade.

**Questionamento 109:**

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 35.4 da Cláusula 35.

Entendemos que, em relação ao cálculo da modicidade tarifária relacionado às receitas alternativas, será possível deduzir os custos e investimentos da Concessionária com a atividade geradora de tais receitas, inclusive custos administrativos. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 110:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.6.4.2 – Socorro mecânico e Apêndice C.

A planilha de quantitativos prevista no Apêndice C indica que é necessário dispor de 01 guincho pesado. Todavia, para atendimento aos parâmetros de atendimento previstos no item 3.6.4.2 exigem a disponibilização de um quantitativo maior de guinchos pesados. Estamos entendendo que a provisão a ser feita na Proposta deve contemplar o atendimento dos parâmetros de desempenho. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto. Os quantitativos apresentados no Apêndice C são os mínimos que a futura concessionária deverá dispor. Os quantitativos a serem adotados pelas Licitantes devem ser aqueles que elas estimam como necessários para cumprir os parâmetros de desempenho exigidos no PER, de acordo com seus próprios dimensionamentos.

Questionamento 111:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.2 – Frente de Melhorias Operacionais e de Ampliação de Capacidade e Manutenção de Nível de Serviço.

Nos trechos de faixas adicionais executados e a executar deverão ser implantados acostamentos em ambos os lados da rodovia, pista ascendente e pista descendente. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim. O entendimento está correto.



Questionamento 112:

- Anexo I do Edital – PER

Na LMG 754 existem 2 pontes fora do eixo principal. Entendemos que estas obras não precisam entrar no programa de recuperação, monitoração e conservação. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim. O entendimento está correto.

Questionamento 113:

- Anexo I do Edital – PER

Nas OAE's da BR 135, LMG 754 e MG231 já foram incorporadas lajes de aproximação? Em caso negativo será exigida a execução destas lajes?

Resposta: A existência ou não das referidas lajes de aproximação são objeto de levantamento cadastral que as Licitantes devem efetuar para nortear suas propostas. Quanto a exigência da execução das referidas lajes, vide item 3.1.3 Obras de Arte Especiais – subitem Escopo Recuperação Estrutural – Item 9, onde se diz: “Eliminação de todas as manifestações patológicas existentes que possam comprometer seu bom desempenho, sua vida útil, sua segurança ou sua resistência, em nível global ou local, em seus elementos estruturais, fundações, drenagem dos tabuleiros, pavimento e taludes dos terraplenos adjacentes; além da substituição dos guarda-corpos por barreira New Jersey e a execução de lajes de transição em todas as OAEs.”

Questionamento 114:

- Anexo I do Edital – PER

Na LMG 754, a largura do acostamento existente é inferior ao exigido no PER. Apesar desta rodovia ter sido restaurada recentemente haverá necessidade de adequar o acostamento às normas e exigências do PER. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto. Já há previsão no PER para esta execução, incluindo o prazo em que deverá ser executada. Vide item 3.2.1, Quadro - Obras de Melhorias Operacionais Obrigatórias.

**Questionamento 115:**

- Anexo I do Edital – PER

Nos bordos do acostamento da LMG 754 foram executados elementos de drenagem em concreto. Para adequar a largura dos acostamentos às exigências do PER estes elementos deverão ser demolidos e reconstruídos no local correto. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 116:

- Anexo I do Edital – PER

Caso o pavimento da LMG 754, que foi restaurado recentemente, venha a apresentar um número de deflexão superior à deflexão característica descrita no PER, que é de 50×10^{-2} mm, será necessária a adequação da estrutura do pavimento para atender a deflexão de 50×10^{-2} mm como define o PER. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 117:

- Anexo I do Edital – PER

Caso o pavimento da MG 231, que foi restaurado recentemente, venha a apresentar um número de deflexão superior à deflexão característica descrita no PER, que é de 50×10^{-2} mm, será necessária a adequação da estrutura do pavimento para atender a deflexão de 50×10^{-2} mm como define o PER. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.



Questionamento 118:

- Anexo I do Edital – PER

Entendemos que o levantamento de pavimento conforme norma técnica do DNIT 007/203 PRO poderá ser feito considerando a extensão máxima de cada subtrecho em 20 km. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 119:

- Anexo I do Edital – PER

Estamos entendendo que os pontos de ônibus existentes hoje na LMG 754, onde o ônibus para sobre o acostamento, devem ser adequados através de alargamento da seção, mantendo o acostamento da rodovia, incluindo baia específica fora do acostamento e instalando elementos de segurança (defensas/barreiras). Nosso entendimento está correto? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 120:

- Edital – Item 16.6

Quaisquer alterações nas TARIFAS DE PEDÁGIO, incluindo reajustes, deverão ser informadas à SETOP-MG e aos usuários com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A primeira cobrança seguirá essa regra também?

Resposta: Sim.

**Questionamento 121:**

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 31.4 da Cláusula 31 e Cláusula 28.

A Cláusula 31.4 da Minuta do Contrato de Concessão diz que “A CONCESSIONÁRIA somente poderá iniciar a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO aos usuários a partir do 10º (décimo) mês a contar da data da Transferência de Controle, desde que: I - tenham sido integralmente realizadas as intervenções relativas aos TRABALHOS INICIAIS, devidamente vistoriadas e aceitas pela SETOP-MG, nos termos da CLÁUSULA 28 deste CONTRATO; e II - haja a disponibilização dos Serviços Operacionais aos usuários das rodovias do LOTE, devidamente aferida SETOP-MG, nos termos da CLÁUSULA 28 deste CONTRATO.”

Lembrando que a CLÁUSULA 28 prevê até 30 dias para as referidas aceitações, entendemos que a CONCESSIONÁRIA terá certeza que poderá cobrar no primeiro dia do 10º mês só caso conclua os Trabalhos Iniciais e disponibilize os Serviços Operacionais no primeiro dia do 9º mês. Está correto o entendimento? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: O entendimento está parcialmente correto. O prazo previsto na Cláusula 28 é máximo. Nada impede que a Fiscalização faça a aceitação em prazo inferior ao máximo previsto na Cláusula 28.

Questionamento 122:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.6.5.1 – Edificações.

Entendemos que o prazo de 30 dias relativo à cláusula 28 aplicada à cláusula 31.4 pode se entender sobreposto ao prazo de 15 dias de antecedência da informação para cobrança, da cláusula 31.6. Ou seja, será possível deflagrar o processo de informação ao usuário mesmo não tendo ainda a aceitação formal dos Trabalhos iniciais pela Setop. Está correto o entendimento? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

**Questionamento 123:**

- EVTE

Entre os estudos de viabilidade disponibilizados junto com o Edital de Licitação não é possível identificar em qual linha está considerado a despesa com transporte dos colaboradores. Solicitar e/ou esclarecer se tal despesa foi considerada na formação do OPEX apresentado no EVTE.

Resposta: Solicitação extemporânea, pois se refere à fase das Audiências Públicas. Os estudos referenciais realizados pela SETOP-MG, e disponibilizados aos Licitantes, visando à concessão do Lote da BR-135, têm como finalidade apenas a verificação da viabilidade da concessão deste trecho rodoviário, a avaliação e definição do valor da tarifa, obedecendo ao preceito legal de sua modicidade, não podendo ser utilizado, em nenhuma hipótese, como base para elaboração das propostas a serem apresentadas à SETOP-MG ou para qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro pela futura Concessionária. Conforme o item 1.7. do Edital da Licitação "Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos, os estudos e desenvolver os projetos de engenharia necessários para atender às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DAS RODOVIAS, a execução das OBRAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS E DE AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO, as atividades de OPERAÇÃO DAS RODOVIAS, de CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS, de RECUPERAÇÃO DAS RODOVIAS e de MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS, obedecendo os parâmetros e exigências constantes do no ANEXO I do EDITAL - PER - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA, possibilitando a apresentação de seu PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS e de sua PROPOSTA ECONÔMICA."

Questionamento 124:

- EVTE

As despesas identificadas no Estudo de Viabilidade que compõe o Edital como "Materiais de Consumo Atendimento Médico", "Materiais de Consumo Guinchos", "Materiais de Consumo Inspeção de trafego"; "Materiais de Consumo Pesagem", são despesas relacionadas com combustível, manutenção e documentação dos veículos?

Resposta: Idem resposta ao questionamento nº 123, acima.

**Questionamento 125:**

- EVTE – Outorga – BNDES.

Fomos informados pelo BNDES que o valor da outorga comporá o serviço da dívida utilizado para o cálculo do índice de cobertura. Estamos entendendo que, para fins de exequibilidade da proposta, os licitantes deverão considerar isso em seu plano de negócios. Está correto o nosso entendimento? Caso não esteja correto, favor elaborar.

Resposta: Os financiamentos a serem considerados pelas Licitantes em suas propostas são de livre escolha delas. Para cada tipo de financiamento, ou instituição financeira provedora de financiamento, as Licitantes devem considerar os “*covenants*” e demais condições de acordo com os financiamentos e instituições financeiras que forem selecionados pelas Licitantes como os mais adequados ao projeto.

Questionamento 126:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.1.8 – Sistemas Elétricos e de Iluminação – Escopo dos Trabalhos Iniciais – Subitem 3.

O referido item prevê a “complementação dos sistemas de iluminação existentes dos principais acessos, trevos, entroncamentos, retornos, passagens subterrâneas, trechos urbanos, locais de travessia de pedestres e passarelas”. Entendemos que a “complementação” solicitada deverá ocorrer de forma a instalar novos postes e/ou luminárias que sejam identificados como já existentes e que, por algum motivo, foram retiradas (acidente, manutenção não concluída, outros).

Está correto nosso entendimento?

Em caso negativo, qual seria a premissa a ser utilizada para a complementação?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.



Questionamento 127:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.2 – Paradas de ônibus.

Para as obras de melhorias operacionais e ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço quantificadas no item 3.2, o PER não menciona se as paradas de ônibus deverão ser iluminadas. Deverá ser considerada a elaboração de projeto e implantação de sistema de iluminação em todas as novas paradas de ônibus?

Resposta: Sim.

Questionamento 128:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.2 – Vias Marginais.

Para as obras de melhorias operacionais e ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço quantificadas no item 3.2, o PER não menciona se as ruas laterais (vias marginais) deverão ser iluminadas. Deverá ser considerada a elaboração de projeto e implantação de sistema de iluminação em todas as novas ruas laterais (vias marginais)?

Resposta: Sim,

Questionamento 129:

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.2 – Iluminação.

Para as obras de melhorias operacionais e ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço quantificadas no item 3.2, o PER não faz referências sobre a necessidade de implantação de iluminação (parcial ou integral) do trecho. É necessário a implantação deste sistema? Em caso positivo, qual trecho deverá ser considerado, integral e/ou outro?

Resposta: Os trechos que onde deverão obrigatoriamente ser implantados sistemas de iluminação estão especificados nos itens: 3.1.8 – Escopo dos Trabalhos Iniciais, item 2; Item 3.1.8 – Escopo da Recuperação, item 1; 3.4.3 – Parâmetros Técnicos das obras de melhorias – Passarelas – segundo tópico, do Anexo I do Edital – PER.

**Questionamento 130:**

- Anexo I do Edital – PER – Item 3.6.3.5 – Sistema de circuito fechado de TV para as Praças de Pedágio.

Para o item 3.6.3.5 onde temos: “As câmeras deverão ser instaladas de modo que toda a Praça de Pedágio seja monitorada ininterruptamente sem pontos cegos.”. Em relação às câmeras que deverão ser instaladas, entendemos que a característica solicitada “sem pontos cegos” será atendida com a utilização de câmeras móveis (PTZ) que através de controle automático (PRESETS) poderão fazer varreduras de ambos os sentidos da rodovia. Está correto nosso entendimento, uma vez que a quantidade de equipamentos mencionada no apêndice C é de 6 unidades?

Resposta: Não. O entendimento não está correto. Está bem claro no Apêndice C que se solicita 06 “Sistemas de CFTV” (01 para cada Praça de Pedágio) e não 06 câmeras em cada Praça de Pedágio ou em todas as Praças de Pedágio. Quanto à especificação, e quantidade das câmeras, estas têm que atender ao solicitado, ou seja, “deverão ser instaladas de modo que toda a Praça de Pedágio seja monitorada ininterruptamente sem pontos cegos”, sendo de responsabilidade das Licitantes o dimensionamento do Sistema de CFTV de maneira a atender ao solicitado.

Questionamento 131:

- Edital – Item 1.3 – Alínea IV e Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Inciso IV – Item 5.1 da Cláusula 5.

O Edital traz a definição de “SERVIÇOS COMPLEMENTARES”, que poderão ser prestados pela Concessionária ou por terceiros. Entendemos que a CONCESSIONÁRIA será consultada acerca da prestação de prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES por terceiros, podendo optar por prestar os serviços, caso conveniente. Esse entendimento está correto?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.



Questionamento 132:

- Edital – Item 1.11.

Com base no item 1.11 do Edital, entendemos que atrasos no cronograma de obras e intervenções previsto no PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS decorrentes da demora na emissão de documentos de responsabilidade do Poder Público não serão imputáveis à Concessionária. Está correto o entendimento?

Resposta: O entendimento está parcialmente correto. Está bem claro na redação do item 1.11 do Edital que: “Não serão imputáveis à CONCESSIONÁRIA os atrasos decorrentes da demora na emissão de documentos de responsabilidade do Poder Público, desde que não tenha a eles dado causa.”

Questionamento 133:

- Edital – Itens 3.1.4, Inciso II do item 3.3 e Item 12.3.

Entendemos que, na hipótese de execução da garantia de proposta nas hipóteses previstas nos itens referidos, será assegurado o direito de contraditório e ampla defesa. Está correto o entendimento?

Resposta: Conforme previsão legal, o entendimento está correto.

Questionamento 134:

- Edital – Item 3.7.3.

Entendemos que na hipótese de aplicação de sanções prevista neste item, será assegurado o direito de contraditório e ampla defesa. Está correto o entendimento?

Resposta: Conforme previsão legal, o entendimento está correto.



Questionamento 135:

- Edital – Inciso V – Item 6.3.

Entendemos que o atestado previsto no item 6.3, inciso V do Edital poderá ser emitido, dentre outras hipóteses, pela empresa responsável pelo empreendimento, na qual a licitante tenha participação societária. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 136:

- Edital – Inciso V – Item 6.3.

Entendemos que o atestado previsto no item 6.3, inciso VI do Edital poderá ser emitido, dentre outras hipóteses, pela instituição financiadora do projeto ou, ainda, pela empresa responsável pelo empreendimento, na qual a licitante tenha participação societária. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 137:

- Edital – Item 9.2.

Entendemos que o integral e adequado preenchimento das planilhas que compõem o PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS é suficiente para atender aos requisitos de conteúdo do PLANO previstos no 9.2, incisos I a XI, do Edital. Está correto o entendimento?

Resposta: Não, o entendimento não está correto. O preenchimento das Planilhas que compõe o Plano de Negócios das Rodovias atende à apenas parte (incisos II; III; IV; V; X; XI) das exigências elencadas nos incisos I a XI do item referenciado. As Licitantes devem atender integralmente ao solicitado no referido item bem como a todas as demais exigências constantes do Anexo V do Edital - Diretrizes para Apresentação do Plano De Negócios.



Questionamento 138:

- Edital – Item 10.2.

Entendemos que o Envelope 01 – GARANTIA DE PROPOSTA será entregue em uma única via, dispensada a apresentação de 2ª via. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 139:

- Edital – Itens 10.3 e 10.4.

Em relação aos Envelope 02 – PROPOSTA ECONÔMICA e Envelope 03 – PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS, entendemos que a segunda e a terceira vias do poderão ser entregues sob a forma de cópia simples. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 140:

- Edital – Inciso II do Item 11.18.

Entendemos que serão aceitos os documentos de proposta assinados por representantes legais da licitante com poderes para tanto, nos termos de seu estatuto social/contrato social. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 141:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 5.1 – Cláusula 5.

Entendemos que o objeto da concessão inclui rodovias federais cuja titularidade encontra-se transferida ao Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, solicitamos: (i) esclarecer se há alguma manifestação formal, questionamento ou concordância da União ou de terceiros em relação à licitação do trecho; bem como (ii) confirmar que o Estado entende que detém todas as direitos e competências necessários para realizar



a licitação e delegar a exploração das rodovias, por meio de concessão, nos termos do Edital e da Minuta de Contrato.

Resposta: (I) Não. (II) Sim.

Questionamento 142:

- Anexo VI do Edital – Modelo de Cartas e Declarações – Modelo de Seguro Garantia de Proposta.

Entendemos que o “Modelo de Seguro Garantia de Proposta” corresponde aos termos e condições mínimas da apólice de garantia de proposta, a qual poderá incluir outras condições gerais, especiais e particulares, desde que compatíveis com a regulamentação em vigor e com as disposições do Edital e anexos. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim. O entendimento está correto.

Questionamento 143:

- Anexo VI do Edital – Modelo de Cartas e Declarações.

Entendemos que as Cartas, Declarações e Termos de Abertura e Encerramento dos Envelopes dispensam firma reconhecida quando assinadas pelos representantes legais ou credenciados das licitantes e acompanhadas de documento de identidade com foto, devidamente autenticado em cartório. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 144:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 8.3 – Cláusula 8.

Por se tratar de contrato com prazo de 30 anos, é possível que, ao longo de sua execução, determinados bens sejam desvinculados da prestação do serviço, sem que seja necessária ou útil à sua substituição, tendo em vista, por exemplo, a evolução tecnológica e o ganho de eficiência na prestação dos serviços. Nessas hipóteses, desde que mantida a prestação adequada dos serviços, entendemos que a Concessionária



poderá promover a alienação dos bens sem a necessidade de substituição. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 145:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 9.1 – Cláusula 9.

Entendemos que poderá ser permitida a constituição de garantia sobre bens móveis e equipamentos para a obtenção de financiamentos que tenham por escopo a promoção de investimentos e melhorias na concessão. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 146:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Incisos IX e X - Item 13.1 – Cláusula 13.

Os incisos IX e X da Cláusula 13.1 preveem a obrigação de dar conhecimento “imediato” à SETOP da celebração de contratos com terceiros e financiadores. Entendemos que, à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da boa-fé contratual, será considerada “imediata” a comunicação que ocorrer no menor prazo possível após os trâmites internos ordinários da Concessionária e da contraparte necessários para a formalização dos referidos contratos. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 147:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Incisos I, III, IV e V – Item 29.4 – Cláusula 29.

Em diversos momentos, o Contrato menciona a necessidade de “comprovação” da alteração de custos da Concessionária como condição ao reequilíbrio econômico-financeiro. Estamos entendendo que a referida comprovação poderá ser feita por meio da apresentação de laudo técnico, elaborado, quando necessário, por empresa



especializada independente, contratada pela Concessionária, que será submetido à análise da SETOP. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está parcialmente correto. Além da apresentação de Laudo Técnico, outros tipos de comprovação poderão ser aceitos pela SETOP-MG, após a devida análise.

Questionamento 148:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 29.18 – Cláusula 29.

O Contrato prevê que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato não poderá importar efeito retroativo superior a 1 (um) ano da data de apresentação do pleito ou da comunicação. Estamos entendendo que a referida cláusula será aplicada observados os limites impostos pela legislação em vigor, de modo a assegurar o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato constitucional e legalmente assegurado à Concessionária (nos termos do Contrato, da Constituição Federal, bem como das Leis 8.987/1995 e Lei 8.666/1993 e demais leis estaduais). Nesse sentido, na hipótese de serem observadas razões que justifiquem efeito retroativo superior a 1 ano, tal como a demora na conclusão do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, esse prazo poderá ser superado por determinação da SETOP. Está correto o entendimento?

Resposta: Não, o entendimento não está correto. O prazo de 01 ano se refere à data de apresentação ou até mesmo da simples comunicação do pleito a ser apresentado para análise. Portanto, o prazo de resolução da demanda não influi na retroatividade dos fatos a serem analisados.

Questionamento 149:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 51.4 – Cláusula 51.

Estamos entendendo que a limitação prevista nesta cláusula ao direito de indenização pelo saldo não amortizado de bens reversíveis aplica-se apenas na hipótese de extinção do Contrato por advento do termo contratual. Em outros casos de extinção, deverão ser aplicadas as disposições específicas do Contrato, tal como, por exemplo, a cláusula 45.2 no caso de encampação. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim, o entendimento está correto.



Questionamento 150:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 58.2 – Cláusula 58.

Entendemos que para os fins de indenização da Concessionária em decorrência de supressão unilateral de INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS, previsto na cláusula 58.2, poderão ser aplicados os mecanismos previstos na Cláusula 29.6 do Contrato. Está correto o entendimento?

Resposta: O entendimento está parcialmente correto. Poderá ocorrer simplesmente a indenização por parte da SETOP-MG, conforme previsto no item 58.2 da Cláusula 58, ou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos moldes da Cláusula 29.

Questionamento 151:

- Anexo II do Edital – Minuta do Contrato de Concessão – Item 61.1 – Cláusula 61.

Entendemos que esta Cláusula impõe à Concessionária o dever de ceder gratuitamente à SETOP todos os direitos sobre propriedade intelectual que tenha adquirido para a execução do Contrato de Concessão, bem como os contratos celebrados com terceiros que detenham direitos sobre propriedade intelectual pertinentes à Concessão. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim. O entendimento está correto.

Questionamento 152:

- Edital – Item 11.15.

Favor informar qual será o prazo estimado para análise do Plano de Negócios pela SETOP.

Resposta: Não é possível estimar-se o tempo de análise sem conhecer o conteúdo a ser apresentado pelas Licitantes em seus Planos de Negócio. A análise será efetuada no menor espaço de tempo possível, levando-se em conta a complexidade do assunto.



Questionamento 153:

- Edital – Item 12.1.

Favor informar qual é o prazo estimado para a homologação do procedimento licitatório e adjudicação de seu objeto à licitante vencedora.

Resposta: Não é possível estimar-se o prazo para a homologação e adjudicação, pois depende de inúmeras variáveis desconhecidas no momento. O que pode ser dito é que será o menor possível, levando-se em conta a complexidade do assunto.

Questionamento 154:

- Edital – Inciso II – Item 11.18.

Entendemos que os documentos da proposta poderão ser assinados, quando aplicável, pelos representantes credenciados das licitantes ou, alternativamente, por seus representantes legais. Por outro lado, a entrega dos envelopes e participação nas sessões públicas da licitação serão feitas por representantes credenciados, nos termos do Edital. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim. O entendimento está correto.

Questionamento 155:

- Edital – Item 10.1.

Favor confirmar que não será exigida a entrega dos documentos da proposta em via digital (por exemplo, via pen-drive ou cd-room).

Resposta: Somente o arquivo excel do Plano de Negócios das Rodovias, disponibilizado pela SETOP-MG e devidamente preenchido pelas Licitantes deverá ser entregue em via digital, conforme exigido no item 10.4.1 do Edital.



Questionamento 156:

- Edital – Item 11.3.

Entendemos que a cada sessão pública poderão ser credenciados novos representantes desde que respeitados o limite máximo previsto no Edital de 2 (dois) representantes credenciados por licitante. Está correto o entendimento?

Resposta: Sim. O entendimento está correto.